

## **História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira**

*Marcia de Paula Gregorio Razzini*

---

### **Resumo**

A história do ensino de língua materna na escola secundária brasileira tem sido tema de pesquisas das áreas de Letras, Linguística e Educação. Da perspectiva da História da Educação, a partir de referencial teórico da cultura escolar, a história das disciplinas escolares vem se constituindo como um campo de pesquisa profícuo, que tem contribuído muito para o conhecimento de normas, práticas e currículos escolares em diferentes segmentos de tempo. Adotando tais premissas, o artigo analisa distintas fases pelas quais se configurou a disciplina Português no ensino secundário no Brasil, do século XIX até a década de 1940. O estudo da trajetória da disciplina Português e a configuração de normas e práticas são acompanhados por meio da análise dos programas do Colégio Pedro II (instituição modelo do ensino secundário), da legislação vigente, da carga horária das disciplinas, dos livros didáticos adotados, das normas dos Exames Preparatórios, além de estudos, fontes e documentos da historiografia da educação para este nível de ensino.

**Palavras-chave:** Português no Secundário; História das Disciplinas Escolares; História da Educação no Brasil.

### **The history of portuguese as a discipline in the brazilian secondary school**

#### **Abstract**

The history of mother tongue teaching in the Brazilian secondary school has been a research theme in the Letters, Linguistics and Education fields. From the History of Education perspective and the theoretical reference of the school culture, the history of school disciplines has become a useful research field which has contributed a lot towards the understanding of rules, practices and school curricula over different time periods. By adopting such premises the article analyzes distinct phases through which the discipline “Portuguese” was configured in the Brazilian secondary teaching, from the XIX century towards the 1940’s. The study of the path of the Portuguese discipline and the configuration of rules and practices are followed through the analysis of the Colégio Pedro II’s Programs (a model institution in the secondary teaching), the current legislation, the amount of hours allocated per discipline, academic materials adopted, the Preparation Exam norms, as well as the study, sources and documents related to the historiography of education for this teaching level.

**Keywords:** Portuguese in Secondary Teaching; History of School Disciplines; History of Education in Brazil

---

### **Cultura escolar, história das disciplinas escolares e história do ensino de Português**

A história do ensino de língua materna no nível secundário tem sido tema de pesquisas de diferentes áreas, como Educação, Letras, Lingüística e Psicologia. Da perspectiva da História da Educação, a partir de referencial teórico da cultura escolar, a história das disciplinas escolares vem se constituindo como um campo de pesquisa profícuo, que tem contribuído para o conhecimento de normas, práticas e currículos escolares em diferentes segmentos de tempo.

Segundo Dominique Julia, a cultura escolar pode ser descrita como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O historiador francês acrescenta, ainda, que a cultura escolar só pode ser compreendida como objeto histórico, quando o estudo opera sobre três eixos importantes: as normas e finalidades que regem a escola, o papel da profissionalização docente e a análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares (JULIA, 2001, p. 9).

André Chervel atribui à escola “um papel eminentemente ativo e criativo” na análise da cultura escolar, “que somente a história das disciplinas escolares está apta a evidenciar”, negando “a concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela” e renunciando “a identificar os conteúdos de ensino com as vulgarizações ou com as adaptações” (CHERVEL, 1990, p. 182-183 e 200). Ao ampliar a noção de disciplina escolar e elege-la história das disciplinas escolares como ponto de vista privilegiado no estudo da cultura escolar, Chervel inscreve o novo campo de pesquisa tanto na área da história da educação como na área da história cultural:

*Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes fina-*

*lidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. [...] Porque são criações espontâneas* (CHERVEL, 1990, p. 184).

Para Chervel, que vem da área de lingüística e focaliza o desenvolvimento da gramática escolar francesa, a análise histórica não permite que as disciplinas sejam consideradas como resultado de vulgarizações científicas, como fez crer a teoria da transposição didática, nem se reduzem às metodologias. Ao contrário, ele mostra que:

*primeiro [...] a “teoria” gramatical ensinada na escola não é a expressão das ciências ditas, ou presumidas “de referência”, mas que ela foi historicamente criada pela própria escola, na escola e para a escola. O que já bastaria para distingui-la de uma vulgarização. Em segundo lugar, o conhecimento da gramática escolar não faz parte – com exceção de alguns conceitos gerais como o nome, o adjetivo ou o epíteto – da cultura do homem cultivado. [...] Enfim, a própria gênese dessa gramática escolar não deixa nenhuma dúvida sobre sua finalidade real. A criação de seus diferentes conceitos tem constantemente coincido no tempo com seu ensino, assim como com o ensino da ortografia, dentro de um vasto projeto pedagógico, que é o da escola primária desde a Restauração, e que traz, nos programas e nos planos de estudo do século XIX, um título que não faz referência nem à ortografia nem à gramática: “os elementos da língua francesa”* (CHERVEL, 1990, p. 181-182).

Circe Bittencourt comenta que “em decorrência desta concepção de escola”, oferecida por Chervel e endossada por Dominique Julia, “como lugar de pro-

dução do conhecimento, a história das disciplinas escolares deve ser analisada como parte integrante da cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e com a sociedade” (BITTENCOURT, 2003, p. 26).

Quanto aos conteúdos e práticas escolares, o livro didático tem sido considerado fonte privilegiada para a história da educação na medida em que reflete, ao mesmo tempo, uma “imagem sistêmica da escola que ele representa” e uma imagem da “sociedade que o escreve e que o utiliza”, seja através da materialização dos programas como “suporte curricular” que ele é, seja através das “imagens e valores dominantes da sociedade” que ele veicula, seja ainda através das “estratégias didáticas” e práticas de ensino-aprendizagem que ele expressa (ESCOLANO, 2001, p. 172-3).

Com relação às disciplinas escolares e aos livros didáticos, Antonio Viñao adverte que tanto convém prevenir-se contra a idéia de que a história de uma disciplina escolar se reduz à história dos manuais utilizados no seu ensino, enquanto análise de seus conteúdos, quanto é necessário prevenir-se da idéia oposta, de que é possível fazer a história de uma disciplina sem analisar os livros e materiais didáticos empregados no seu ensino (VIÑAO, 2007, p. 256). Ele firma que, embora a história dos livros didáticos e a história das disciplinas escolares mantenham relativa autonomia, como campos distintos de investigação,

*la historia del análisis de los libros de texto y del material de enseñanza como productos pedagógicos y culturales, solo adquiere un sentido histórico pleno cuando se inserta en el ámbito, más amplio, de la historia de las disciplinas, en especial si se refiere a los niveles secundario y superior de la enseñanza* (VIÑAO, 2007, p. 256).

Com base em tais pressupostos teóricos, o presente artigo, sobre a história do ensino de português na escola secundária brasileira, adota tanto a perspectiva mais ampla, da história das disciplinas; como procura matizar os principais aspectos de conteúdos, práticas, representações e valores que os livros didá-

ticos de português são portadores, enquanto objetos culturais.

Adotando os pressupostos teóricos da história das disciplinas escolares e compondo uma mesa coordenada com outros trabalhos, este artigo analisa distintas fases pelas quais se configurou a disciplina Português no ensino secundário brasileiro, do século XIX até a década de 1940, prolongando os comentários até a lei 5.692, de 1971.

Tal escolha também direciona a metodologia a ser adotada, uma vez que o estudo da trajetória da disciplina Português deverá se configurar a partir do reconhecimento de normas e práticas, acompanhadas na análise dos programas do Colégio Pedro II (instituição modelo do ensino secundário), da legislação vigente, da carga horária das disciplinas, dos livros didáticos adotados, das normas dos Exames Preparatórios, além de outros estudos, fontes e documentos da historiografia da educação para este nível de ensino.

### **O ensino secundário e os exames de acesso ao ensino superior**

Além da legislação e dos programas do ensino secundário, os “Exames Preparatórios”, como eram chamados os exames de acesso aos cursos superiores, exerceram forte influência sobre a trajetória das disciplinas escolares neste nível de ensino, porque a conclusão do curso secundário não era exigência ou pré-requisito para a entrada nas escolas superiores. Era necessário apenas obter, de forma parcelada, os certificados das disciplinas exigidas nos Exames Preparatórios, situação que, embora fosse criticada e combatida, permaneceria até a reforma Francisco Campos, de 1931. Com isso, as escolas secundárias acabavam cumprindo a função de cursos especializados no treinamento de candidatos aos Exames Preparatórios.

A organização dos cursos superiores e a forma de acesso a eles tiveram, portanto, influência decisiva na organização do ensino secundário. Não se pode esquecer que, quando comparada à estrutura de centros europeus como Inglaterra, Alemanha, França e de outros países latino-americanos, nossa infraestrutura educacional para a formação superior era bem modesta. Até 1920 não havia universidade, ano em

que a primeira foi formada no Rio de Janeiro, com a junção das faculdades de Medicina, de Direito e dos cursos de engenharia da Escola Politécnica.

No século XIX, havia no Brasil três tipos de cursos superiores: os destinados aos militares, da marinha e do exército (cursos impulsionados pela Guerra do Paraguai); os exigidos para a carreira eclesiástica, formada nos seminários episcopais; e os cursos das carreiras liberais, sendo que Direito e Medicina eram os cursos superiores de maior prestígio social. Havia duas academias médico-cirúrgicas, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia, fundadas logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil (1808), de onde também saíam os farmacêuticos, as parteiras e, mais tarde, os dentistas.

Os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda (este último transferido para Recife, em 1854) foram fundados em 1827, enquanto as ciências físicas e matemáticas ficaram a cargo da Escola Central, do Rio de Janeiro, reinaugurada na década de 1870, como Escola Politécnica, incluindo a formação de engenheiros e arquitetos. A Escola de Minas, de Ouro Preto, que também apareceu na década de 1870, tinha o ensino voltado para a mineração. Fundadas, sobretudo, para atender as necessidades do estado, essas instituições eram mantidas pelo governo central.

Todos os cursos superiores realizavam exames de ingresso e muitos deles (escolas militares, seminários e cursos jurídicos) mantinham cursos anexos para a preparação de candidatos a esses exames, chama-

dos, por isso, de Exames Preparatórios (HAIDAR, 1972, p. 47). É importante sublinhar que os cursos superiores eram destinados somente aos homens, o que também refletia na organização do ensino secundário<sup>1</sup>.

Pode-se dizer que o ensino secundário brasileiro foi sistematizado quando as academias de direito, seminários e escolas militares passaram a oferecer num só lugar as “aulas menores” (já desmembradas das Primeiras Letras, ou seja, do ler-escrever-contar) que, junto com liceus e colégios públicos e particulares, iriam substituir paulatinamente as aulas régias avulsas, regulamentadas desde o século XVIII<sup>2</sup>.

Seguindo o modelo dos cursos de direito da Universidade de Coimbra, em 1831, foram instituídas, nas Academias de Direito de São Paulo e de Olinda, as “Aulas Menores Anexas aos Cursos Jurídicos”, chamadas de “Aulas Preparatórias” ou de “Curso Anexo”. No Curso Anexo foram criadas seis cadeiras: “Latim em prosa e verso; Francês e Inglês em prosa e verso; Retórica e Poética; Lógica, Metafísica e Ética; Aritmética e Geometria; História e Geografia” (*apud*. HAIDAR, 1972, p. 80)<sup>3</sup>.

Compreende-se, assim, a função propedêutica de tais cursos, organizados para atender os candidatos aos exames de ingresso nos cursos superiores, cujo aumento de demanda justificaria o aparecimento de instituições públicas e privadas, como a instalação dos Liceus públicos mantidos pelos governos das províncias e de colégios particulares.

<sup>1</sup> Com exceção das parteiras e das professoras do ensino primário, formadas respectivamente nas Academias de Medicina e nas Escolas Normais, os cursos secundários eram geralmente destinados aos meninos e rapazes. A educação feminina da elite ficava a cargo de ordens religiosas e preparava as mulheres para a vida doméstica (Needell, 1998). No Colégio Pedro II as mulheres começaram a ser aceitas na década de 1880 (Escragnolle Doria). A educação feminina popular dependia igualmente de ordens religiosas e de associações beneficentes e seus objetivos eram semelhantes. O Seminário de Educandas de São Paulo, por exemplo, teve origem no Seminário da Glória, inaugurado em 1825 para acolher meninas órfãs e abandonadas, às quais se ensinaria “a ler, escrever, fiar, coser e tudo o mais que deve saber uma perfeita mãe de família” (Rodrigues, 1962). Algumas professoras de primeiras letras seriam formadas nesta instituição, outras sairiam do Seminário para casar e algumas iriam trabalhar como empregadas domésticas.

<sup>2</sup> Em 6 de novembro de 1772, foi aprovada a *Lei e o Mapa dos estudos menores e instruções aos professores* para todo o império português, cabendo ao Brasil, inicialmente, 44 aulas régias avulsas, sendo “17 de primeiras letras, 15 de gramática latina, seis de retórica, três de gramática grega e três de filosofia” (Hilsdorf, 2003, p. 21-22).

<sup>3</sup> Notam-se nas cadeiras criadas e nos Exames Preparatórios, a influência da formação clássica que, desde a Grécia antiga, passando por Roma, compreendia as sete Artes Liberais, divididas entre o *Trivium*, composto de Gramática, Lógica (ou Dialética) e Retórica, e o *Quadrivium*, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

É neste contexto que surge e se destaca o Imperial Colégio de Pedro II<sup>4</sup>, fundado na Corte pelo governo regencial, em 2 de dezembro de 1837, aniversário do herdeiro do trono. Inaugurado em 25 de março de 1838, o Colégio Pedro II deveria servir de modelo ao ensino secundário, sendo que o diploma de “Bacharel em Letras”, ao fim de sete ou oito anos, dava direito ao ingresso em qualquer curso superior do Império sem ter que prestar qualquer exame. Inspirado nos programas dos colégios franceses, o currículo do Colégio Pedro II conservaria, ao longo do século XIX, a preferência pela instrução humanista, com destaque para conteúdos clássicos, sobretudo o Latim.

Na prática, no entanto, verifica-se a longa subordinação do curso secundário aos Exames Preparatórios, cujos currículos acabavam cedendo aos padrões impostos por esses exames, concentrando, nos primeiros anos do curso, as disciplinas exigidas nos Preparatórios, inclusive, no colégio modelo. Este fato explica o baixo número de alunos nos últimos anos do Colégio Pedro II, assim como a reduzida concessão de diplomas.

Nos liceus provinciais a dependência era ainda maior: aulas públicas avulsas ou cadeiras que não entravam nos Exames Preparatórios, tais como “Grego, Física e Química e História Natural”, desapareceram por falta de alunos (HAIDAR, 1972, p. 70-71).

Em Sergipe, por exemplo, as cadeiras do *Atheneu sergipense* eram as seguintes, em 1876: “Latim, Grammatica Nacional, Francez, Inglez, Arithmetica e Álgebra, Geometria, Geographia, Historia, Philosophia e Rethorica”<sup>5</sup>.

Em São Paulo, o relatório de Hypolito de Araújo acerca da Instrução Pública, para o ano de 1867, informava a penúria da situação do ensino secundário, nesta Província, e a dependência dos preparató-

rios e dos recursos enviados pelo governo central ao Curso Anexo da Faculdade de Direito:

*A instrução secundaria publica reduz-se a quatro aulas de Latim e Francez situadas nas cidades de Santos, Ytú, sorocaba, e Mogy das Cruzes. Chegamos a possuir 33 aulas dessas. Destituídas de acceitação, sem um fim a que se propuzessem, ou vantagens a recommendal-as, forão seus bancos se tornando desertos, e umas apoz outras baqueando. Essas que lhes sobreviverão não são mais felizes, subordinadas as mesmas causas de esterilidade arrastão existência inglória. Seus alumnos matriculados elevão-se apenas a 95 e os frequentes a 86 quase metade pertence a Ytú. [...] Instituídas por particulares contamos 7 aulas avulsas de Latim e Francez, e de 2 de Arithmetica e Geometria; e de 10 Collegios de ensino das matérias propedêuticas da Faculdade de direito. Os existentes nesta Capital quase todos se desconceituarão tanto que é mister ser bem imperiosa a necessidade de Internatos para que ainda subsistão. Nem são Collegios de Instrução: - os collegiaes bem como os alumnos das aulas avulsas desta Cidade geralmente é nas aulas preparatórias da referida Faculdade que se instruem. Com razão pois se póde dizer que nossa instrução secundaria não procede nem da Província nem da industria privada. Entretanto referirei como á esta pertencentes 368 alumnos matriculados.*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Ao longo de sua existência o colégio teve várias denominações: Imperial Colégio de Pedro II, até a Proclamação da República, em 1889, quando foi substituído por Instituto Nacional de Instrução Secundária. A partir de 1890, passou a chamar-se Ginásio Nacional. Em 1909, mudou para Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos e Externato Nacional Pedro II. Finalmente, em 1911, recebeu o nome definitivo de Colégio Pedro II. Atualmente, o Colégio Pedro II continua a ser mantido pelo governo federal e possui várias unidades na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Quadro das cadeiras publicas de instrução secundaria existentes na província de Sergipe, 1876, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/000138.html>, acesso em 28/3/2008.

<sup>6</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868 pelo presidente da mesma província, o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho. São Paulo: Typ. Do Ypiranga, 1868. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1008/index.html>, acesso em 28/3/2008.

Inicialmente, os Exames Preparatórios eram feitos apenas junto à faculdade pretendida pelo candidato, mas, em 1854, foram criadas na capital do Império “Bancas de Exames Preparatórios” (DECRETO 1.331A, de 17/2/1854), que habilitavam para qualquer curso superior, “tomando por base os compêndios e programas adotados para o ensino oficial”, ou seja, os programas e livros adotados no Colégio Pedro II.

As medidas centralizadoras repercutiram no “Regulamento das Aulas Preparatórias das Faculdades de Direito”, de 1856, que, de acordo com a Portaria de 4 de maio, impunha os mesmos programas e compêndios “adotados pelo governo para a instrução secundária”, o que aponta a intenção de uniformizar os Exames Preparatórios a partir do Colégio Pedro II (HAIDAR, 1972, p. 51, 82 e p. 113).

Em 1873, pelo Decreto 5.249 de 2 de outubro, foram criadas “mesas gerais de exames nas Províncias onde não havia Faculdades”, com o objetivo de facilitar o acesso aos Exames Preparatórios (HAIDAR, 1972, p. 58). Tal medida, entretanto, contribuiu para a desmoralização dos Exames nas províncias, posto que era “fácil” conseguir os Certificados de Aprovação em virtude de fraudes e clientelismo, além de consagrar definitivamente os estudos secundários parcelados, por matéria, com frequência livre, inclusive, no Colégio Pedro II, a partir de 1878 (HAIDAR, 1972, p. 58-60).

Quanto às disciplinas dos exames de ingresso, desde a criação dos cursos Jurídicos, em 1827, além da idade de quinze anos completos, a lei exigia que os estudantes apresentassem certidões “de aprovação da língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria” (*apud.* HAIDAR, 1972, p. 47). Em 1831, eram demandadas as seguintes habilitações: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia.

Já para a entrada nas Faculdades de Medicina, a idade mínima era de dezesseis anos para todos os cursos, conforme lei aprovada em 3 de outubro de 1832. Era também indispensável a apresentação dos seguintes certificados: para o curso de Medicina, Latim, Francês ou Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria; para o curso de Farmácia,

Francês ou Inglês, Aritmética, Geometria; e para as que desejavam o título de Parteira, era necessário “saber ler e escrever corretamente”, além de entregar um atestado de bons costumes (*apud.* HAIDAR, 1972, p. 81).

Em 1854, entraram dois exames nos Preparatórios de Medicina: Álgebra (até equações do primeiro grau) e História e Geografia. O decreto 4.430, de 30 de outubro de 1869, introduziu o exame de Português para todos os cursos superiores, o qual passaria a vigorar a partir de 1871. Tal medida acarretou a criação da cadeira de “grammatica e lingua nacional” nas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, pelo decreto 4690, de 11/2/1871.

Em 1882, foi incluído o exame de Álgebra para Direito. Em 1886, o decreto 9.647 estabeleceu a precedência do exame de Português sobre os demais e adotou a hierarquização dos exames finais do Colégio Pedro II nos Preparatórios. Em 1887, entraram, ainda, os exames de Alemão e de Noções de Ciências Físicas e Naturais para Medicina (HAIDAR, 1972, p. 61).

O caráter mais humanista e menos científico dos currículos dos cursos de direito e medicina seria acentuado também nos demais cursos superiores, ainda que menos extensos (HAIDAR, 1972, p. 61). Conforme decreto de 28 de novembro de 1874, o curso anexo à Escola Militar, que tinha duração de três anos, compreendia o estudo de “gramática portuguesa; as línguas francesa e inglesa; história e geografia, especialmente do Brasil; aritmética, álgebra elementar; geometria; trigonometria; desenho linear e geometria prática; administração de companhia e de corpos” (*apud.* HAIDAR, 1972, p. 88).

No Externato da Marinha, depois Colégio Naval, o curso preparatório de dois anos incluía: “gramática portuguesa, francês, inglês, história do Brasil e noções de história universal, geografia física, especialmente a do Brasil, matemáticas (estudo completo de aritmética, álgebra até equações de 1º grau, definições principais de geometria elementar) e desenho linear” (*apud.* HAIDAR, 1972, p. 88).

Para a matrícula na Escola Politécnica e na Escola de Minas de Ouro Preto, quando foram extintos seus respectivos cursos anexos (decreto 8785, de 30 de novembro de 1882), eram exigidos “conhecimentos

elementares das seguintes disciplinas: português, francês, inglês, história, geografia, aritmética, álgebra (equações de 1º e 2º graus, binômio de Newton, proporções e progressões, logaritmos e suas aplicações), geometria plana e no espaço; trigonometria retilínea e desenho geométrico e elementar” (HAIDAR, 1972, p. 61).

A análise dos currículos do Colégio Pedro II e o estudo da trajetória do ensino de língua materna refletem tanto a subordinação do ensino secundário aos Exames Preparatórios, quanto o peso dos estudos humanistas. No primeiro programa, de 1838, verifica-se a supremacia das disciplinas clássicas (Latim, Grego, Retórica e Filosofia), cuja carga horária ocupava 52% do currículo do Colégio Pedro II, sendo que só o Latim representava a metade (25%). Tal superioridade contrasta com a inferioridade das línguas modernas (Português, Francês e Inglês), que juntas somavam apenas 10% da carga horária do currículo (RAZZINI, 2000).

A inferioridade do vernáculo frente ao Latim era reforçada não só pelos Preparatórios, que deixaram de fora o exame de Português, até 1869, enquanto exigiam o Latim (além do Francês e do Inglês). A subordinação da gramática nacional à gramática latina ficava patente tanto na organização e classificação dos livros didáticos de Português, como na acumulação do ensino das duas disciplinas pelo mesmo professor, como se observa com os três professores que ocuparam a cadeira de Latim e Gramática Nacional do 1º Ano, no Colégio Pedro II, de 1838 a 1868.

Verifica-se, desta maneira, que até 1869, ou seja, enquanto não havia exame de Português entre os Preparatórios, o ensino do vernáculo era insignificante no currículo do Colégio Pedro II e dos liceus provinciais, onde predominavam disciplinas do currículo humanista de longa tradição, como Latim, Filosofia, Retórica e Poética. A partir de 1870, no entanto, logo após a inclusão do exame de Português entre os exames de ingresso de todos os cursos superiores (1869), deu-se a ascensão desta disciplina no colégio modelo, cujo desenvolvimento, ainda que sujeito a variações, foi sempre crescente.

## **O ensino de Português no Colégio Pedro II: um modelo de ensino**

O estudo da legislação do nível secundário (e dos Exames Preparatórios), dos programas de ensino e dos manuais didáticos indica que a trajetória do Português no Colégio Pedro II teve pelo menos quatro fases distintas.

A primeira refere-se ao período anterior à inclusão do Português entre os Exames Preparatórios, que vai de 1838 a 1869, quando a disciplina se restringia ao primeiro ano.

A segunda fase começa em 1870, logo após a entrada da matéria nos exames de ingresso dos cursos superiores (decreto 4430, de 30 de outubro de 1869), o que acarretou aumento de carga horária e de conteúdos nos programas de Português do colégio modelo, assim como a extensão do seu ensino ao longo dos três anos iniciais do curso.

A terceira fase se inicia com o desaparecimento da Retórica e Poética do currículo do Pedro II, em 1890 (decreto 981, de 8 de novembro), seguido da sua retirada dos Exames Preparatórios (decreto 668, de 14 de novembro de 1891), quando também foi regulamentada a precedência do exame de Português sobre as demais disciplinas, o que aumentaria a importância do ensino de Português, que vinha absorvendo alguns conteúdos de Retórica e Poética.

A quarta e última fase começa com o desaparecimento definitivo dos Exames Preparatórios e com a consequente exigência da conclusão do ensino secundário para o acesso aos cursos superiores, em 1931, com a Reforma Francisco Campos. Esta fase termina em 1942, quando houve a incorporação definitiva da Literatura ao currículo de Português, do Segundo Ciclo do secundário, situação que perdura até nossos dias. Entre 1891 e 1930, a Literatura Geral e Nacional era um conteúdo decorativo, pois a disciplina era oferecida apenas no último ano do Colégio Pedro II, visto que não era exigida nos Exames Preparatórios. Esta situação começou a mudar com a Reforma Francisco Campos (1931), quando a Literatura passou a ser requisito obrigatório para os candidatos ao curso

de Direito, exigência que foi generalizada a todos os cursos secundários, na Reforma Capanema, de 1942.

Na primeira fase do ensino de Português no Colégio Pedro II (1838-1869), as aulas estavam restritas ao primeiro ano e contemplavam, sobretudo, o estudo da gramática, subordinada ao professor de Latim. A partir de 1855, além de exercícios ortográficos, a disciplina foi absorvendo práticas e conteúdos das aulas de Retórica e Poética, como a leitura literária e a recitação. Nesta década e na seguinte, era comum o uso de uma gramática, um dicionário, uma seleta para leitura de trechos de autores portugueses e brasileiros, e uma ou duas obras inteiras, de autor clássico<sup>7</sup>.

Entre os livros indicados nos programas do Colégio Pedro II, destacam-se, nesta primeira fase: a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Cyrillo Dilermando, adotada entre 1856 e 1869; o *Ensaio sobre alguns Synonymos da Língua Portuguesa*, de Frei Francisco de São Luiz, indicado nos programas do Pedro II de 1856 a 1869; a *Biblioteca Juvenil*, de Antonio Maria Baker, uma coleção de “fragmentos morais, históricos, políticos, literários e dogmáticos”, adotada na década de 1850; o *Íris Clássico*, de José Feliciano de Castilho, uma seleta de trechos de autores portugueses e brasileiros, indicada de 1860 a 1869.

Além desses compêndios, eram adotadas obras coligidas dos seguintes autores: Antonio Vieira, Lucena e Pereira Caldas. Pela adoção dos compêndios

e obras nas aulas de Português, percebe-se o peso maior que tinham os textos de autores portugueses com relação aos textos de autores brasileiros, preferência reforçada, ainda, pela autoria das obras didáticas e seletas adotadas, organizadas por portugueses, ainda que algumas fossem impressas no Brasil.

Na segunda fase, a partir de 1870, após a inclusão do Português nos Exames Preparatórios, houve aumento de carga horária de Português, cujas aulas passaram a incluir também novos conteúdos, antes presentes nas aulas de Retórica e Poética, como redação e composição. O estudo da língua foi consideravelmente ampliado, disposto nos três anos iniciais do curso secundário, passando a incluir no último ano a abordagem histórica das diversas fases da língua vernácula, a gramática filosófica, incentivando, cada vez mais, a leitura cronológica dos textos que lhe serviam de exemplo.

A base oferecida no primeiro ano do Colégio Pedro II foi modificada, com a saída do latim, que passou a ser ensinado a partir do segundo ano. Desta maneira, o ensino de português, no primeiro ano, abandonava sua subordinação ao ensino de latim, cujas cadeiras (latim e português) pertenceram ao mesmo professor de 1838 a 1869, e entrava numa fase de ascensão e supremacia em relação às outras disciplinas, que juntas compunham uma só cadeira: Português (6,5 horas), Aritmética (5 horas) e Geografia (4 horas), ministradas pelo mesmo professor, José Manuel Garcia<sup>8</sup>,

<sup>7</sup> Os autores clássicos do vernáculo português eram aqueles dos séculos XVI e XVII, sobretudo Luís de Camões e os Padres Manuel Bernardes e Antonio Vieira. Na segunda metade do século XIX, provavelmente como resultado da influência do Romantismo, as seletas escolares passaram a incluir também autores dos séculos XVIII e XIX, onde os brasileiros começaram a se destacar também.

<sup>8</sup> José Manuel Garcia (? - 1884), foi nomeado em 1857, “repetidor interino” de filosofia e retórica do Colégio Pedro II. No ano seguinte foi nomeado secretário do externato do Pedro II e na década de 1870, ao que parece, foi também nomeado (sem concurso) para a cadeira de português, do segundo ao quinto ano. Em 1877, reviu, corrigiu e aumentou “com 125 trechos e com uma crestomatia do português antigo” os *Ornamentos da memória* do padre Roquette, seleta adotada no Pedro II desde 1870. In: BLAKE, Sacramento. Op.cit., v. 5, p. 24-25. O cargo de “repetidor” foi criado em 1857, pelo decreto 2006, de 24 de outubro, que aprovava a contratação, após concurso, de repetidores de grego, alemão, ciências naturais, latim, francês, inglês e matemáticas. Conforme este decreto, o repetidor é o funcionário do Internato do Colégio Pedro II encarregado de auxiliar “os alumnos nos seus estudos e esclarecê-los sobre a intelligencia das lições dos professores”, fora do período das aulas. A figura do “repetidor” teve origem nos pensionatos de alunos próximos das universidades européias, no final da Idade Média. “Como muitas dessas casas acolhiam também os professores, que em troca repassavam as lições ou preparavam os alunos para seguir os cursos das universidades, logo passaram a funcionar como pensionatos que eram também lugares de ensino bem completos”. Como se pode constatar, a função do professor-repetidor está ainda ligada à própria gênese dos colégios humanistas: “Pela atividade desses professores e repetidores, os pensionatos colegiais acabaram por retirar o conteúdo das 7 artes liberais do âmbito das faculdades universitárias, organizando-se, ao longo do século XV, como uma instituição específica e reconhecida – o colégio das 7 artes liberais –, onde os jovens realizavam todos esses estudos preparatórios para as universidades.” (Hilsdorf, 2006, p. 62). Portanto, a introdução do repetidor no Internato do Colégio Pedro II, em 1857, reforça ainda mais a preferência pelo modelo humanista na organização da instituição.

no “Internato do Colégio Pedro II” e o Cônego Francisco Bernardino de Souza<sup>9</sup>, no “Externato”. A decisão de juntar essas três disciplinas foi tomada como tentativa de “cobrir as lacunas do ensino elementar” (HAIDAR, 1972, p. 126). A partir de 1873, Carlos de Laet tornou-se professor das aulas de “Português, Arithmetica e Geographia”, do primeiro ano e, em 1877, entrou Manoel Olympio Rodrigues da Costa<sup>10</sup>, enquanto José Manoel Garcia foi deslocado para as aulas de Português dos anos seguintes.

Quanto aos livros didáticos, indicados nesta segunda fase (1870-1889), nota-se a adoção de duas gramáticas, um dicionário e de várias seletas de trechos escolhidos, para exercícios de leitura e análise gramatical. Gramática e ortografia eram ensinadas, no primeiro ano, com a *Grammatica nacional elementar*, de Caldas Aulete (adotada de 1870 a 1876); e com a *Grammatica Portugueza*, de Manoel Olympio Rodrigues da Costa (indicada de 1877 a 1889); além dos *Sinônimos*, de Frei Francisco de São Luiz (indicado em 1870).

Para leitura e exercícios de análise (gramatical e sintática), no primeiro ano, aparecem nos programas do Pedro II: os *Ornamentos da memória*, do padre José Inácio Roquete (indicado em 1870 para o 1º ano e em 1877); *Meandro poético*, do cônego Fernandes Pinheiro (indicado entre 1877 e 1879), obra que apresenta apenas textos de autores brasileiros; *Selecta nacional*, de Caldas Aulete (usada de 1877 a 1879, no primeiro ano e, na década seguinte, indicada para os anos mais adiantados); a antologia de Mello Moraes Filho, intitulada *Litteratura Brasileira* (indicada de 1882 a 1886), sobre a qual, pode-se afirmar que consolidou a entrada de textos de autores brasileiros contemporâneos no primeiro ano do curso secundário; e a *Seleção litteraria*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza (adotada de 1887 a 1894).

Nos demais estágios do curso do Pedro II, do 2º ao 3º ano, ou do 2º ao 5º ano, conforme a legislação vigente, as aulas de Português passaram a incluir grande variedade de obras didáticas. O ensino gramatical, expandido com a gramática filosófica, no último ano, foi acompanhado dos seguintes compêndios: *Grammatica portugueza*, de Vergueiro e Pertence (indicada em 1870); *Postillas de grammatica geral aplicada á lingua portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis (1870); *Nova grammatica portugueza*, de Bento José de Oliveira (indicada em 1881); *Grammatica portugueza*, de Teófilo Braga (indicada em 1877, junto com o *Diccionario portugues*, de José Inácio Roquete); *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro (adotada entre 1882 e 1887), a qual, junto com a obra de Sotero dos Reis, reforça a autoria brasileira também nos compêndios de gramática, tendência que seria fixada definitivamente.

Nas seletas indicadas para os anos finais do curso do Pedro II, nota-se a adoção de muitas obras de autoria portuguesa. Já a escolha de textos, embora ainda privilegiasse os autores “clássicos” portugueses, dos séculos XVI e XVII, já incluía muitos trechos de autores “modernos”, dos séculos XVIII e XIX, sendo vários brasileiros. Os textos das antologias (em prosa e verso) eram organizados por gêneros, os quais podem ser considerados gêneros literários, ligados à taxonomia da retórica e da poética clássicas (com divisões e subdivisões, em gênero e espécie), mas outras vezes são apresentados, conforme classificações temáticas, como as fixadas na *Selecta nacional*, de Caldas Aulete, por “Typos nacionaes”, “Religião, filosofia, moral e sciencia”.

A influência da Retórica e Poética fora intensificada nas aulas de Português, a partir de 1870, com a introdução de exercícios de redação e composição, cujo compêndio indicado era o *Manual de estilo e composição e recitação*, de Delfim de Oliveira Maia.

<sup>9</sup> Francisco Bernardino de Souza (1834-?), foi cônego da capela imperial, capelão e professor de religião, latim e português do Colégio Pedro II e lente de geografia e retórica do curso preparatório anexo ao seminário episcopal. In: BLAKE, Sacramento. Op.cit., v. 2, p. 410-12.

<sup>10</sup> Manoel Olympio Rodrigues Costa (? - 1891) foi professor do Ginásio Baiano, da Escola Normal da Corte e professor de português, aritmética e geografia do primeiro ano do Colégio Pedro II. Publicou dois compêndios: *Gramática portuguesa e noções de aritmética*, (o último, “sob as vistas” de Abilio Cesar Borges), ambos adotados pelo governo imperial. In: BLAKE, Sacramento. Op. cit., v. 6, p. 176-77.

Esta influência, no entanto, começa a declinar em 1881, através da forma e da ordem pelas quais os conteúdos são apresentados e estudados nas aulas de Português. Ainda que os compêndios adotados continuassem a apresentar os textos por gêneros literários e temáticos, verifica-se a introdução de uma classificação cronológica dos conteúdos, cujos textos de leitura passam a ser oferecidos de forma gradativa, na ordem cronológica inversa. O Programa de Português, de 1881, indica que, nas primeiras séries, eram oferecidos os textos mais modernos, do século XIX, considerados mais fáceis por serem contemporâneos dos leitores escolares. Depois, gradativamente, eram introduzidos os textos mais antigos, do século XVIII, até chegar aos clássicos dos séculos XVII e XVI, nas últimas séries.

Tal ordem, com a introdução da gramática filosófica, que acompanhava o estudo histórico da língua, então influenciado por uma nova ciência, a glotologia ou lingüística, iria se refletir nas seletas indicadas, sendo preponderante a adoção de livros portugueses. Foram registradas nos programas de ensino do Pedro II, as seguintes obras: *Selecta portugueza*, de Francisco Martins de Andrade (indicada em 1870); *Poesias Selectas*, de Henrique Midosi (1870); *Aprende a língua vernácula*, de autoria anônima (1877); os *Ornamentos da memória*, do padre Roquete (1877); *Selecta nacional*, de Caldas Aulete (indicada para os últimos anos do curso, de 1881 a 1886, e em 1898); *Trechos selectos de autores clássicos*, de Felix Ferreira (1881); *Antologia portugueza*, de Teófilo Braga (1881); *Lugares selectos*, de Antonio Cardoso Borges de Figueiredo (1881); *Prosas selectas*, de José da Fonseca (1882); e *Seleção litteraria*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza (de 1887 a 1894).

A escolha de apenas uma antologia, em 1887, da *Seleção litteraria*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza, indica o esforço de simplificar as adoções de livros de leitura, da mesma forma que aponta a escolha de um compêndio nacional, organizado por dois professores do Colégio Pedro II. Esta tendência seria acatada também nas adoções das gramáticas, impressas no Brasil e organizadas por professores do Pedro II ou outros brasileiros.

A indicação de apenas uma seleta, em 1887, só foi possível porque a *Seleção Litteraria* apresentava na ordem cronológica direta prosadores e poetas portugueses e brasileiros, porém, sem dividi-los em períodos de tempo. Essa parece ter sido a primeira seleta brasileira que reunia num único volume, textos de autores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, dispostos cronologicamente. Sua adoção substituiu as várias seletas anteriormente prescritas nos programas de Português.

A terceira fase da trajetória do ensino de Português no Colégio Pedro II, que vai de 1890 a 1930, caracteriza-se pela excessiva atenção dada à gramática, em relação aos demais conteúdos, sobretudo à Literatura, circunscrita apenas aos textos selecionados nas poucas antologias usadas nas aulas de Português. Da mesma forma, observa-se o crescimento da quantidade de gramáticas adotadas, havendo, portanto, uma inversão no peso dos conteúdos em relação à fase anterior, quando eram indicadas muitas seletas e poucas gramáticas.

Logo após a Proclamação da República, o empenho de tornar o ensino mais científico e menos humanista pode ser detectado no aumento da carga horária de matemática e das ciências físicas e naturais. A organização do currículo do Colégio Pedro II dá sinais de que os conteúdos estavam mais atrelados com uma identidade nacional, sobretudo, nas disciplinas que constituem o chamado tripé da nacionalidade: História, Geografia e língua materna, incluindo nesta última a História da Literatura Nacional.

O ensino secundário e os Exames Preparatórios sofreram uma centralização mais efetiva, através da oficialização do currículo do Colégio Pedro II, cujos programas e compêndios passaram a servir de base para outros estabelecimentos de ensino secundário (públicos e privados) e para os Exames Preparatórios.

Em 1891, o exame de Português era o mais importante entre os Preparatórios, e era exigido para a entrada em todos os cursos superiores (inclusive nas carreiras militares). Contudo, a História da Literatura Nacional, disciplina recém-implantada na última série do Colégio Pedro II, no lugar da extinta Retórica e Poética, não entrou nos Preparatórios.

Assim, apesar do *status* de disciplina independente, conferido pelo nacionalismo republicano de 1890, a História da Literatura Nacional tornou-se ensino ornamental do “bacharel em Letras”, título concedido àqueles raros alunos que concluíam o curso do Pedro II, uma minoria que permanecia no colégio, sem pressa, interesse ou possibilidade de prestar antes os Exames Preparatórios.

Quanto ao ensino de gramática, com exceção dos *Estudinhos de língua pátria*, de Antonio da Silva Túlio (adotado em 1892 e 1893), todas as obras adotadas nas aulas de Português eram de autoria brasileira, de professores do Colégio Pedro II. De 1892 a 1898, sucederam nas aulas de Português, compêndios de autores como João Ribeiro (*Gramática portuguesa*, curso médio e superior, *Lições de gramática portuguesa*), Maximino de Araújo Maciel (*Gramática analítica*); Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade (*Noções de gramática portuguesa*); e Alfredo Gomes (*Gramática portuguesa*).

Além da *Seleção litteraria*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza, registra-se a indicação da *Antologia portuguesa*, de Teófilo Braga (1892, 1893, 1895, 1897, 1898); e da seleta de João Ribeiro, intitulada *Auctores contemporaneos* (1895, 1897).

Com a queda da Retórica e a ascensão da história literária nacional, a organização cronológica dos textos nas aulas de Português pareceu ainda mais legítima, sobretudo, depois da entrada da gramática histórica, em 1890.

A centralização dos programas e compêndios a partir do Colégio Pedro II disseminou a utilização da *Seleção litteraria*, o que lhe valeu uma segunda edição, em 1891, adotada nos cinco anos de Português e nos Exames Preparatórios de Português e de línguas estrangeiras. Convém notar que a adoção compulsória e generalizada da *Seleção Literária* estabeleceu sua leitura intensiva nas aulas de Português (juntamente com a leitura da *Antologia portuguesa*, de Teófilo Braga). Porém, as tendências nacionalistas e a presença da história literária e da gramática histórica no currículo provavelmente requiriam uma seleta mais representativa das fases da literatura nacional, que fosse não só organizada, mas também dividida cronologicamente, e com informações históricas sobre os autores e suas obras.

Ao invés de aumentar a *Seleção litteraria*, o editor preferiu refundi-la, trocando um dos organizadores (Vicente de Souza) por Carlos de Laet, que se incumbiu das informações biobibliográficas e, junto com Fausto Barreto, aproveitaram vários trechos da *Seleção litteraria* e incluíram outros excertos, dando preferência a temas nacionais e reservando um lugar de destaque para a literatura contemporânea. Os compiladores apuraram a organização cronológica da *Seleção Literária* e dividiram prosadores e poetas brasileiros e portugueses por séculos, apresentando-os, porém, na ordem cronológica inversa, ou seja, a mesma ordem do programa de Português, que ia do século XIX ao século XVI.

O novo livro de textos escolhidos para leitura chamou-se *Antologia Nacional* e, publicado em 1895, foi aprovado pela Congregação do Colégio Pedro II para ser adotado nas aulas de Português neste mesmo ano, o que significou, também, sua indicação nos Exames Preparatórios. Entrava, assim, nas aulas de Português, a primeira seleta brasileira organizada por categorias da história literária nacional.

A tendência desta terceira fase do ensino de Português, de adotar uma quantidade maior de compêndios gramaticais e menor de seletas, verificada nos programas de 1892 e 1893 (seis gramáticas e duas seletas), embora fosse invertida nos programas seguintes, de 1895, 1897 (duas gramáticas e três seletas) e 1898 (duas gramáticas e quatro antologias), tornar-se-ia a base do ensino de Português neste período. O ápice desta tendência seria atingido em 1928, quando chegaram a ser indicados 16 livros de gramática e apenas uma seleta, a *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet.

Com exceção de Otoniel Motta (*O meu idioma*), professor do Ginásio de Campinas, as gramáticas adotadas em 1928 são todas de autoria de professores do Colégio Pedro II: José Oiticica (*Manual de análise e Manual de estilo*); Júlio Nogueira (*O exame de português*); Antenor Nascentes (*Análise gramatical e lógica, O idioma nacional*, volumes I, II e III, e *Apostilas de português*); Said Ali (*Gramática elementar, Gramática secundária da língua portuguesa e Lexiologia do português histórico*); Otelo Reis (*Verbos, Guia para algumas dificuldades da análise léxica*

e *Textos para corrigir*); e Maximino Maciel (*Lições elementares de língua portuguesa*).

A leitura intensiva da *Antologia nacional*, a única seleta adotada nas aulas de Português do Pedro II neste longo período, coloca em relevo o modelo de língua e literatura que ela patrocinava. A classificação cronológica da *Antologia Nacional*, seja a geral, por séculos, seja a de cada um dos períodos, pela data de nascimento dos escritores, diluía a apresentação por gêneros, não obstante a sobrevivência da divisão entre prosadores e poetas. As notas biobibliográficas forneciam veracidade histórica e autoridade crítica ao conjunto de autores e trechos selecionados, trazendo para dentro do livro de leitura das aulas de Português, mesmo que de forma abreviada, uma história literária nacional.

A pequena história literária, embutida na organização da *Antologia Nacional*, era contada do ponto de vista brasileiro e adaptada à ordem de estudo do Português na escola secundária modelo. Ela começava pelos brasileiros do século XIX e, em seguida, vinham os portugueses do mesmo período, cuja separação significava o reconhecimento da autonomia da literatura brasileira contemporânea, enquanto, nos séculos anteriores, a junção de brasileiros e portugueses aceitava placidamente nossa dependência literária.

A leitura da *Antologia Nacional*, porém, não era complemento do manual de história literária, e sim ponto de partida para as atividades das aulas de Português: leitura, recitação, estudo do vocabulário, da gramática normativa, da gramática histórica, dos exercícios ortográficos, das análises “lexicológica” e “lógica”, da redação e composição, enfim, para a aquisição da norma culta vigente.

A leitura literária nas aulas de Português procurava, portanto, oferecer “bons” modelos vernáculos, nacionais e morais, para a “boa” aquisição da língua, além, é claro, de oferecer a seus leitores certa formação literária, mas sem priorizá-la.

Esta particularidade da *Antologia Nacional*, de ser complemento do estudo de língua e não do estudo de história literária, ficou clara apenas após a recuperação histórica dos programas de ensino do Colégio Pedro II.

A comparação do *corpus* da *Antologia Nacional* com o *corpus* de seletas escolares anteriores, que circularam nas aulas de Português do Pedro II, tais como o *Íris Clássico* de José de Castilho, a *Seleta Nacional* de Caldas Aulete, o *Curso de Literatura Brasileira* de Melo Moraes Filho e a *Seleção Literária*, aponta que a *Antologia Nacional* não rompeu com a tradição do ensino do vernáculo, que prezava a leitura dos clássicos portugueses como a melhor forma de inculcar nos alunos a “norma culta”.

Pelo contrário, 82% dos excertos dos séculos XVI e XVII selecionados na *Antologia Nacional* já circulavam na escola em compêndios anteriores. A reprodução destes excertos sinaliza certa estabilidade de um *corpus* de textos clássicos, cuja leitura repetitiva ou intensiva os transformara em “clássicos escolares”. A estes trechos, juntavam-se os do século XVIII, sendo que 92% deles já haviam aparecido em seletas anteriores, porém sem a importância dada agora na *Antologia nacional*, promovendo a literatura brasileira deste período com a inclusão de mais excertos de autores brasileiros do que de portugueses.

Mas a *Antologia Nacional* foi além da recompilação e reelaboração das seletas anteriores: seu aparecimento marcou também a definição do *corpus* de textos contemporâneos, do século XIX, eivados de nacionalismo com a escolha de assuntos nacionais “que entendessem com a nossa terra” (BARRETO e LAET, 1895, Prólogo da 1ª edição).

Era, sobretudo, na “fase contemporânea”, período que, desde a primeira edição, ocupou maior espaço que os demais, que a representação da nação ganhava maior destaque, quer seja com um número superior de excertos brasileiros, quer seja com uma apresentação diferenciada dos outros períodos, onde autores brasileiros e portugueses vinham separados.

Além disso, ao contrário dos períodos anteriores, 69% dos excertos do século XIX eram “nova”, ou seja, não havia aparecido nos compêndios anteriores, cotejados com a *Antologia Nacional*, traço que reforça sua função definidora da literatura nacional contemporânea, assim como do modelo de língua vernácula.

A adoção oficial da *Antologia Nacional*, regularmente reeditada, e a ampliação da fase contemporânea na 6ª edição (1913) e na 7ª edição (1915), com o

acréscimo de 21 autores brasileiros (sendo apenas 8 portugueses incluídos nestas duas edições), fez também da *Antologia Nacional* um agente formador e transmissor da literatura brasileira.

Contudo, ao lado do critério da nacionalidade, persistia a preferência pelos textos que respeitavam certo padrão de língua portuguesa, já ditada pelos “novos” clássicos da literatura portuguesa, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Antonio de Castilho e Latino Coelho. Desta forma, a mesma preocupação dos períodos anteriores, com a vernaculidade e a pureza da língua nos moldes dos escritores clássicos portugueses, continuou dirigindo a seleção de textos e autores do período contemporâneo.

Tal orientação, da “correção gramatical”, visível nos comentários das notas biobibliográficas e em alguns trechos contemporâneos, principalmente, portugueses, nortearia a seleção dos brasileiros, os quais, com raras exceções, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Fagundes Varela e Casimiro de Abreu, seriam admitidos na *Antologia nacional* segundo o critério do caráter nacional. Ao lado do nacionalismo romântico atuava, às vezes, o julgamento político na escolha dos trechos, como parece ter sido a seleção de textos da 6ª edição da *Antologia nacional*. Entretanto, nenhum desses critérios era incompatível com a orientação geral de defesa da vernaculidade.

A permanência da *Antologia Nacional* no currículo de Português nas séries iniciais do curso secundário reforça a longevidade deste modelo clássico e beletrista de ensino da língua nacional, em que autores e textos eram considerados, sobretudo, “paladinos da linguagem”.

Assim, num primeiro momento, de 1895 até 1915, quando são feitos os acréscimos de autores e trechos contemporâneos, a *Antologia Nacional* cumpriu dupla função, de mantenedora da tradição vernácula de extração lusitana, e de anunciadora e propagadora da moderna literatura brasileira.

Mas, no período seguinte, de 1916 até 1944, quando houve a repetição do mesmo quadro de autores e excertos da 7ª edição, de 1915, imperou a função mantenedora, congelando, por quase 30 anos, os modelos de língua e literatura oferecidos para leitura,

período que já faz parte da quarta fase do ensino de Português do Colégio Pedro II.

Além disso, a instabilidade do ensino de História da Literatura Nacional nas primeiras quatro décadas republicanas, em parte, determinada por sua ausência dos Exames Preparatórios; em parte, porque era diluída em extensos programas de literatura universal, potencializou a importância da *Antologia Nacional* na transmissão da nossa literatura no Colégio Pedro II e na escola secundária brasileira.

A fragilidade da recém-criada História da Literatura Nacional no currículo secundário é percebida já em 1898, quando a disciplina perdeu sua autonomia e foi anexada à velha Literatura Geral (ou universal). Em 1911, ela foi drasticamente reduzida e incorporada ao currículo de Português, desaparecendo dos últimos anos do curso secundário como disciplina autônoma. Em 1925, ela ganhou o adjetivo pátrio, “Literatura Brasileira”, e voltou a ser ensinada no último ano do curso secundário, ao lado da “Literatura das Línguas Latinas”. Porém, em 1928, foi novamente anexada à “Literatura Geral”

Além da instabilidade de condições para se firmar como disciplina, a literatura nacional era atropelada nas aulas de Português pela excessiva preocupação gramatical, como vimos nas adoções de 16 compêndios gramaticais, no programa de 1928.

Algumas mudanças iriam determinar novos usos e funções da *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, na quarta e última fase do ensino de Português no Colégio Pedro II. Esta fase inicia-se com o desaparecimento definitivo dos Exames Preparatórios e com a obrigatoriedade da conclusão do ensino secundário para o acesso aos cursos superiores, em 1931, e termina em 1942, quando houve a incorporação definitiva da Literatura ao currículo de Português do secundário, situação que perdura até nossos dias.

Na década de 1930, o novo controle do Estado sobre a educação secundária e sobre os livros didáticos, com a criação do Conselho Nacional de Educação (1931) e da Comissão Nacional do Livro Didático (1938), acabou com a hegemonia do Colégio Pedro II. A conclusão do curso secundário tornou-se, de fato, obrigatória para a entrada nos cursos superiores, o que amainou a dependência do vestibular e deu esta-

bilidade às disciplinas que compunham o currículo do chamado Ciclo Fundamental, como era o caso de Português.

Outras disciplinas, no entanto, eram oferecidas apenas nos dois últimos anos do secundário, chamado de Ciclo Complementar. O currículo variava de acordo com três áreas, para os alunos que se encaminhavam para o Curso de Direito, para os Cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, ou para os Cursos de Engenharia, Arquitetura e Química Industrial. Foi assim que, a partir de 1936, a Literatura Nacional reconquistou sua importância no currículo do curso secundário. Embora anexada ao extenso programa de Literatura Universal, ela voltou a ser exigida nos exames de acesso aos Cursos Jurídicos, relevância que havia perdido com o desaparecimento da Retórica e Poética, em 1890.

### Considerações finais

A longevidade da *Antologia Nacional* no ensino secundário apontam a permanência de certo modelo de ensino de língua e literatura neste nível de ensino.

As mudanças apontadas parecem não ter abalado o sucesso da *Antologia Nacional*, que continuou a ser adotada nas aulas de Português do Ciclo Fundamental. Talvez por isso, essa seleta tenha se conservado sem alterações e sem a entrada de novos autores e excertos.

Contudo, na década de 1940, novas mudanças provocariam a reformulação da *Antologia Nacional* e sua transferência para as últimas séries do curso secundário.

A Reforma Capanema de 1942 e 1943 estendeu o ensino de Português para as últimas séries do secundário, que passou a ser chamado de 2º Ciclo, dividido entre Clássico e Científico. Nas primeiras três séries do secundário, foi introduzida a leitura patriótica, deslocando a leitura literária para as últimas séries, em que se estudava Português, mas principalmente, história da literatura brasileira e portuguesa.

A entrada da história da Literatura Nacional no currículo de Português das últimas séries do curso secundário fez com que ela se tornasse exigência dos exames vestibulares de todos os cursos superiores,

assinalando sua ascensão definitiva neste nível de ensino, num momento político acentuadamente nacionalista (Estado Novo).

A leitura patriótica tornou inviável o uso da *Antologia Nacional* nas primeiras séries do curso secundário, deslocando-a para as últimas séries. Dessa forma, ela acabou se tornando complemento legítimo do ensino de história da literatura nacional (além de complemento do ensino do vernáculo). Para se adequar à nova função, foram acrescentados autores e excertos das duas pontas da história da língua e da literatura, do período medieval português e do período contemporâneo brasileiro. Com isso, tal seleta, que já tinha quase 50 anos de adoção na escola secundária, passou a cobrir a origem e a chegada da língua e da literatura nacional, reafirmando, assim, o pacto tradicional entre leitura, ensino da norma culta, defesa da vernaculidade e história da língua e da literatura.

O ensino do vernáculo (gramatical e literário) sob orientação lusitana, centrado no bem falar e bem escrever dos modelos tradicionais da leitura literária, sobreviveria na escola secundária brasileira até o final da década de 1960, dificultando a entrada de escritores modernistas nos livros didáticos.

A Lei 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, decretou a falência desse modelo longo de ensino e passou a enfatizar a função instrumental da língua, sua articulação com outras disciplinas, a influência dos meios de comunicação de massa, e seu comprometimento com a cultura brasileira, independente da origem lusitana. Encarado como “instrumento de comunicação” e articulado “com as outras matérias”, o ensino de Português passou a admitir, cada vez mais, um número maior e mais variado de textos para leitura, desde os tradicionais textos literários, consideravelmente ampliados com a literatura contemporânea pós-1922, até todo tipo de manifestação gráfica, incluindo textos de outras disciplinas do currículo, jornais, revistas, quadrinhos, propaganda, entre outros.

A “leitura intensiva”, dos clássicos da literatura nacional, avalistas do “bem falar” e do “bem escrever”, foi substituída pela “leitura extensiva” (CHARTIER e HÉBRARD, 1995), de vários tipos de textos, cujos temas passaram a ser identificados com várias culturas

que formaram a cultura brasileira. Este movimento testemunhou a queda definitiva da formação clássica humanista, expressa na escola secundária pela extinção do Latim, pela perda da hegemonia da leitura literária “como pedra angular da formação” e pela substituição paulatina do ensino de Francês, pelo ensino de Inglês, estabelecendo laços culturais mais fortes com a cultura dos Estados Unidos, não por acaso, portanto, o país que financiava ou avalizava os projetos desenvolvimentistas do governo militar brasileiro.

A troca do modelo de ensino de língua e literatura condenou a adoção de compêndios como a *Antolo-*

*gia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, já então, detentora de modelos desgastados, que não mais correspondiam à imagem desejada de nação, sendo que sua última edição foi publicada em 1969. Ao mesmo tempo, a variedade de textos modernos, que passou a circular na escola, beneficiou não só a literatura brasileira contemporânea, com a entrada dos autores vivos, mas também forçou também a revisão da literatura brasileira anterior, cuja importância no curso secundário, daí em diante, ficaria cada vez mais sólida e independente frente à literatura portuguesa.

## Referências

- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In: Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de e Ranzi, Serlei Maria Fisher (Orgs) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883-1902. 7 vol.
- CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a Leitura - 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.” *Teoria & Educação*, 2, 1990, p. 177-229.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. “La renovación de la manualística escolar en la España de entresiglos”. In: *Cultura Revista de História e Teoria das Idéias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, v. XIII, 2000-2001, II série, p. 171-188.
- Haidar, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo e EDUSP, 1972.
- HILSDORF, Maria Lúcia. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- JULIA, Dominique. (2001) “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.1. Campinas, SP: Editora Autores Associados, jan./jun., p. 9-43.
- MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- NEEDELL, Jeffrey. *D. Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- RODRIGUES, Leda Maria Pereira. *A instrução feminina em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, 1962.
- RAZZINI, Marcia P. G. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1970)*. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2000.
- VINHAO, Antonio. “La historia de las disciplinas escolares”. In: *Historia de La Educación*, Revista Interuniversitaria. N. 25, 2006. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2007, p. 243-269.

### Sobre a Autora

**Marcia de Paula Gregorio Razzini** é Doutora em Letras (2000) pelo IEL-Unicamp, concluiu estágio de Pós-doutorado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2005) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Participou, como pesquisadora, do Projeto Temático “Educação e Memória: Organização de Acervos de Livros Didáticos”, apoiado pela FAPESP e desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, de 2003 a 2007. Atualmente coordena a sub-área Leitura e Literatura, no CEFIEL – Centro de Formação Continuada de Professores, do IEL – Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Participa do grupo de pesquisa CNPQ “História das disciplinas escolares e dos livros didáticos”, do Programa de Pós Graduação em Educação História Política Sociedade (EHPS), da PUC-SP. (CEFIEL-UNICAMP e pesquisador EHPS-PUC-SP).  
E-mail: mrazzini2004@yahoo.com.br